

Asaas Gestão Financeira Instituição de Pagamentos S.A.

**Demonstrações Financeiras em
31 de dezembro de 2021**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	5
Balancos patrimoniais	7
Demonstração de resultados	8
Demonstração de resultados abrangentes	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12

Relatório da Administração

Apresentamos o Relatório da Administração às Demonstrações Financeiras da Asaas Gestão Financeira Instituição de Pagamento S.A. (“Companhia”) relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Perfil

Atuando no mercado financeiro desde 2014, trata-se, essencialmente, de empresa de tecnologia que oferece soluções financeiras para intermediação de cobranças e uma conta eletrônica de pagamento, desenvolvendo serviços financeiros para seus clientes, sejam eles pessoas físicas ou pequenas empresas, de modo a automatizar a gestão de recebíveis de seus clientes.

A Companhia tem como objetivo ajudar as pessoas e empresas a automatizar seus processos financeiros e melhorar o relacionamento com os seus clientes. Reúne em um único lugar o envio e recebimento de cobranças, automação de comunicação por diversos canais, além da gestão de recebíveis de maneira descomplicada.

Atualmente, a Companhia oferece a seus clientes os seguintes produtos e serviços:

- Emissão de cobranças por boleto bancário;
- Emissão de cobranças à vista e parceladas por cartão de crédito;
- Transferências instantâneas via PIX;
- Transferências bancárias para contas próprias e de terceiros;
- Transferências entre contas ASAAS;
- Pagamento de contas;
- Cartão pré-pago;
- Emissão e recebimento de valores via link de pagamento;
- API de integração com outros sistemas;
- Cobrança por e-mail e SMS;
- Cobrança por robô de voz;
- Consulta e negatização em órgãos de proteção ao crédito;
- Emissão de nota fiscal; e
- Antecipação de recebíveis: boleto e cartão de crédito;

Como principais fatos ocorridos no decorrer de 2021, destacamos:

- A aquisição de ativos da startup Base ERP, de Curitiba/PR, com o objetivo de oferecer funcionalidades de gestão em nuvem para pagamentos e cobranças de pequenas e médias empresas. Essa aquisição faz parte da estratégia de expansão da Companhia.
- A Companhia foi autorizada a ser uma Instituição de Pagamento pelo Banco Central do Brasil - BACEN, com a decisão publicada no Diário Oficial de 10 de junho de 2021.
- A Aquisição de 100% do negócio de wallet digital Code Money no mês de agosto, visando penetrar ainda mais no público pessoa física.

- Recebimento de aporte para aumento de capital de R\$ 39.751 em dezembro, pelo InovaBRA, com a finalidade de manutenção do plano de negócios, suportar o crescimento projetado e atendimento das exigências de capital regulatório.

O volume total de pagamentos processados (TPV) no exercício de 2021 foi de R\$ 5.031.112 (R\$ 2.444.891 no exercício de 2020), apresentando crescimento de 106%.

A estratégia da Companhia durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi baseada em crescimento do número de usuários, aumento no TPV (volume total de pagamentos) e desenvolvimento de novos produtos e serviços. Para formar essa base, a Companhia investiu em aquisição, ativação e retenção de usuários, atingindo o número de 58.805 usuários registrados no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Em paralelo ao esforço de trazer novos usuários, a Companhia focou seus esforços em desenvolver novos produtos e features como: PIX, Antecipação, Base ERP, dentre outros. Todos esses produtos e features exigiram um investimento em marketing, tecnologia e pessoas.

Houve uma expressiva expansão no setor de recursos humanos e a Companhia encerrou o ano com 462 colaboradores (119 em 31 de dezembro de 2020), representando um crescimento de 288%.

Focamos em nossos valores para construir e reter grandes profissionais em nosso time, valorizamos a autenticidade, diversidade de histórias, vivências e pensamentos, pois quando pessoas diferentes trabalham juntas com orientação e resultado, desenvolvem soluções incríveis, que dão mais acesso à serviços financeiros e facilitam a vida dos clientes que confiam na Companhia.

Para o ano de 2022 a jornada da Companhia promete ser ainda mais desafiadora, focando na eficiência do time atual, novas aquisições e aumento do volume total de pagamentos processados.

A Diretoria da Asaas Gestão Financeira Instituição de Pagamento S.A. agradece aos acionistas, investidores, clientes e fornecedores e à comunidade pelo apoio e a confiança depositada, assim como aos nossos profissionais que tomaram possível tal desempenho.

Joinville, 31 de março de 2022.

A DIRETORIA



KPMG Auditores Independentes Ltda.
R. São Paulo, 31 - 1º andar - Sala 11 - Bairro Bucarein
89202-200 - Joinville/SC - Brasil
Caixa Postal 2077 - CEP 89201-970 - Joinville/SC - Brasil
Telefone +55 (47) 3205-7800
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas e aos Diretores da
Asaas Gestão Financeira Instituição de Pagamentos S.A.
Joinville – SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Asaas Gestão Financeira Instituição de Pagamento S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Asaas Gestão Financeira Instituição de Pagamentos S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Financeira, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Joinville, 31 de março de 2022

KPMG Auditores Independentes
CRC SC-000071/F-8



Felipe Brutti da Silva
Contador CRC RS-083891/O-0 T-SC

Asaas Gestão Financeira Instituição de Pagamentos S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2021	Passivo	Nota	31/12/2021
Disponibilidades	4	1.690	Depósitos e demais instrumentos financeiros	10	149.524
			Depósitos		145.533
Instrumentos financeiros		267.035	Relações interfinanceiras		3.991
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5.a	14.004	Outras obrigações	11	127.600
Títulos e valores mobiliários	5.b	145.056	Provisões		356
Relações interfinanceiras	6	103.925	Provisões para contingências	12	356
Outros créditos		4.050			
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(202)			
Ativos fiscais correntes e diferidos	19	8.314			
Investimentos em participações em controladas	7	1.772	Patrimônio líquido	13	8.216
Imobilizado de uso	8	6.579	Capital social		47.131
Intangível	9	2.364	Prejuízos acumulados		(38.915)
Depreciações e amortizações	8 e 9	(1.856)			
Total do ativo		<u>285.696</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>285.696</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Asaas Gestão Financeira Instituição de Pagamentos S.A.

Demonstração dos resultados

Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota	2º Sem. 2021	31/12/2021
Receitas de intermediação financeira		3.756	5.166
Rendas de Aplicações interfinanceiras de liquidez		8	8
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	5	3.748	5.158
Despesas da intermediação financeira		(202)	(202)
Perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(202)	(202)
Resultado bruto da intermediação financeira		3.554	4.964
Outras receitas / despesas operacionais		(23.675)	(31.623)
Receitas de prestação de serviços	14	23.915	43.764
Despesas com serviços associados a transações de pagamento	15	(10.702)	(19.029)
Resultado de participações de Controladas		(47)	(47)
Despesas de pessoal		(22.035)	(34.176)
Despesas administrativas	16	(12.569)	(18.767)
Despesas tributárias	17	(2.909)	(5.264)
Outras receitas operacionais		2.054	3.886
Outras despesas operacionais		(1.382)	(1.990)
Resultado antes da tributação sobre o lucro		(20.121)	(26.659)
Imposto de renda e contribuição social		8.314	8.314
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	8.314	8.314
Prejuízo do semestre/exercício		(11.807)	(18.345)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Asaas Gestão Financeira Instituição de Pagamentos S.A.

Demonstração de resultados abrangentes

Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais)

	2º Sem. 2021	2021
Resultado do semestre/exercício	(11.807)	(18.345)
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u>(11.807)</u>	<u>(18.345)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Asaas Gestão Financeira Instituição de Pagamentos S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social		Prejuízos acumulados	Total
		Subscrito	A integralizar		
Saldos em 31 de dezembro de 2020		47.131	(529)	(20.570)	26.032
Aumento de capital social		40.280	(39.751)	-	529
Resultado do exercício		-	-	(18.345)	(18.345)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		87.411	(40.280)	(38.915)	8.216
					-
Saldos em 30 de junho de 2021		47.131	-	(27.108)	20.023
Aumento de capital social	13	39.751	(39.751)	-	-
Resultado do semestre		-	-	(11.807)	(11.807)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		86.882	(39.751)	(38.915)	8.216

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Asaas Gestão Financeira Instituição de Pagamentos S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto

Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota	2º Sem. 2021	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado do semestre/exercício		(11.807)	(18.345)
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa e equivalentes de caixa gerados pelas atividades operacionais:		(7.671)	(7.384)
Depreciação e amortização		561	845
Perdas esperadas associadas ao risco de crédito		202	202
Reversões de provisões		(167)	(164)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(8.314)	(8.314)
Resultado de participações em controladas		47	47
		(19.478)	(25.729)
Variações nos ativos e passivos			
(Aumento)/redução em aplicações interfinanceiras		15.902	(3.110)
(Aumento)/redução em relações interfinanceiras		(43.943)	(66.666)
(Aumento)/redução em títulos e valores mobiliários		(50.590)	(50.403)
(Aumento)/redução em outros créditos		1.846	3.569
Aumento/(redução) em depósitos		(20.887)	29.710
Aumento/(redução) em relações interfinanceiras		3.991	3.991
Aumento/(redução) em obrigações por transações de pagamento		78.873	78.873
Aumento/(redução) em obrigações sociais e trabalhistas		811	2.429
Aumento/(redução) em obrigações Sociais e estatutárias		39.751	39.751
Aumento/(redução) em obrigações tributárias		1.570	1.482
Aumento/(redução) em outras contas a pagar		1.075	767
Juros pagos		(306)	(596)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		28.093	39.797
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de investimento		(1.815)	(1.815)
Aquisição de imobilizado		(3.033)	(4.500)
Aquisição de intangível		(856)	(1.768)
Baixa de imobilizado		39	25
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos		(5.665)	(8.058)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Pagamento de empréstimos		(4.829)	(5.249)
Aumento de capital		-	529
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos		(4.829)	(4.720)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		(1.880)	1.290
Demonstração de aumento do caixa e equivalente de caixa			
No início do semestre / exercício		3.570	400
No fim do semestre / exercício		1.690	1.690
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		(1.880)	1.290

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Asaas Gestão Financeira Instituição de Pagamento S.A. (“Companhia”), sociedade anônima de capital fechado, constituída em 17 de janeiro de 2014, com sede na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, na Avenida Rolf Wiest, nº 277, Bairro Bom Retiro, tem como principais atividades: a prestação de serviços de gestão de pagamentos e recebimentos decorrentes da venda de bens e serviços por meio de programas para computador por ela elaborados e/ou por terceiros; a exploração comercial de programas para computador por ela elaborados e/ou por terceiros; a correspondente prestação de serviços de assessoria técnica e de treinamento e a participação em outras sociedades comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia, acionista ou quotista.

A Companhia atua como uma instituição de pagamento, sendo uma *fintech* que desenvolve serviços financeiros para seus clientes, sejam eles pessoas físicas ou pequenas empresas. Em 10 de junho de 2021 foi publicada no Diário Oficial da União a autorização, pelo Banco Central do Brasil - Bacen, para que a Companhia funcione como instituição de pagamento, nas modalidades de emissor de moeda eletrônica e emissor de instrumento de pagamento pós-pago.

Os serviços financeiros providos pela Companhia são compostos por três categorias, conforme demonstrado abaixo:

Recebimento de cobranças

Categoria em que o principal produto da Companhia é o recebimento de cobranças por meio de boletos bancários, seguido de cobranças Pix, por cartão de crédito, depósitos e transferências.

Pagamento de valores

No pagamento de valores, o envio de dinheiro por meio do produto Pix é o principal produto gerador de receita, seguido da transferência bancária para terceiros, da venda do cartão pré-pago e do pagamento de títulos como boletos bancários, impostos e contas de consumo.

Antecipação de recebíveis

Refere-se à antecipação de recebíveis por boletos bancários e cartão de crédito.

No contexto de antecipações por boletos bancários a companhia em 2019 fechou parceria com um FIDC para financiar a expansão da oferta de crédito, atuando como consultoria especializada e agente de cobrança do fundo.

Impactos da pandemia nas demonstrações financeiras

A declaração da pandemia da COVID-19 desencadeou severas medidas restritivas por parte de autoridades governamentais no mundo todo, a fim de tentar controlar o surto, resultando em medidas restritivas relacionadas ao fluxo de pessoas, incluindo quarentena e lockdown, restrições a viagens e transportes públicos, fechamento prolongado de locais de trabalho, interrupções na cadeia de suprimentos, fechamento do comércio e redução de consumo de uma maneira geral pela população. No Brasil, alguns estados e municípios, incluindo das localidades em que a Companhia possui

lojas, seguiram essas providências, adotando medidas para impedir ou retardar a propagação da doença, como restrição à circulação e o isolamento social, que resultaram no fechamento de shoppings, áreas de grande circulação, parques e demais espaços públicos. Além disso, essas medidas influenciaram o comportamento da população em geral, resultando na acentuada queda ou até mesmo na paralisação das atividades de companhias de diversos setores, bem como na redução drástica de consumo.

O setor bancário foi diretamente afetado com medidas editadas pelo Governo Federal para proteção dos clientes, dentre elas algumas mudanças nas regras de concessão de empréstimos.

Nossas principais preocupações neste período são a preservação da integridade de nossos colaboradores, clientes e das comunidades onde atuamos, bem como a continuidade das operações da Companhia de maneira segura.

Por este motivo, decidimos adotar o trabalho remoto para todos os colaboradores (home office) ainda em março de 2020, suspensão de viagens e estabelecer todos os protocolos de segurança sanitária estabelecidos pelos órgãos de saúde, diante da disseminação do vírus. Tal adoção permanece vigente até a presente data.

Até o presente momento, não foram identificadas impactos relevantes,.

2 Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

Em razão da autorização concedida para atuar como instituição de pagamento, a partir de 10 de junho de 2021, as demonstrações financeiras da Companhia passaram a refletir as regras contábeis definidas conforme disposto na Resolução 2 e Instrução Normativa BCB nº 31 de 26 de outubro de 2020, emitidas pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, as quais levam em consideração as disposições contidas na legislação societária brasileira, normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (“CMN”) e do BACEN, quando aplicáveis. A apresentação destas demonstrações financeiras está de acordo com os pronunciamentos aprovados pelo BACEN, mencionados abaixo.

A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com os princípios contábeis adotados no Brasil, exige que a Administração efetue estimativas e adote premissas no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes registrados de certos ativos e passivos (financeiros ou não), receitas, despesas e outras transações. Estas estimativas e premissas são revisadas e validadas de maneira contínua. A liquidação das transações envolvendo esses ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

Conforme previsto no parágrafo 5º do art. 42º da Resolução BCB nº 2, de 12 de agosto de 2020, fica facultada a apresentação comparativa das demonstrações financeiras relativas ao ano da autorização para funcionamento da instituição pelo BACEN. Até o deferimento da autorização para operar como instituição de pagamentos, a Companhia utilizava as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo CPC. Não houve impacto, a partir da mudança, entre a adoção dos pronunciamentos não aplicáveis a instituições de pagamentos e a adoção das práticas contábeis

adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Com base na Resolução CMN nº 4.818/20 e Resolução BCB nº 2/2020 a apresentação dos ativos e passivos é realizada exclusivamente por ordem de liquidez e exigibilidade. A abertura de segregação de curto e longo prazo está sendo divulgada nas respectivas notas explicativas.

Todos os saldos apresentados nestas demonstrações financeiras foram arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações financeiras foram preparadas, com base no custo histórico, exceto se mencionado ao contrário nas práticas contábeis. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Continuidade operacional

Em virtude de a Companhia estar em fase de consolidação do seu negócio junto ao mercado, apresenta prejuízos desde o início da sua operação. Os principais fatos geradores destes prejuízos são o alto volume investido na divulgação da marca, captação de clientes e o desenvolvimento dos serviços comercializados.

Os planos da administração já em andamento para reverter o prejuízo são o investimento em pessoal, o qual visa a construção de uma equipe altamente qualificada para a realização dos processos de comercialização, o desenvolvimento de novos produtos e o atendimento ao cliente, conforme estabelecido contratualmente em função do aporte de capital recebido em 2020, no montante de R\$ 37 milhões. Em 2021, a Companhia recebeu um novo aporte no montante de R\$ 39 milhões. A Companhia entende que os resultados destes investimentos são percebidos no crescimento apresentado no aumento do nível de operação. A Administração entende que as demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade operacional normal dos negócios da Companhia dado seu modelo de negócio e a escala de aquisição necessária para a sua consolidação no mercado.

Os planos da administração para a melhoria nos indicadores operacionais já foram inicialmente implementados e a Companhia espera obter fluxos de caixa operacional positivos nos próximos períodos, com base em suas projeções realizadas com premissas gerenciais confiáveis, coerente com outras informações contábeis, financeiras, gerenciais e orçamentárias, bem como, apresentar lucro tributável que permita realização dos créditos tributários, levando em consideração comportamento por safras histórico, tendências de mercado, indicadores macroeconômicos e estratégias da companhia.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 31 de março de 2022.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Resumo das principais políticas contábeis

a. Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

b. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o valor mais próximo em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

c. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional e por aplicações interfinanceiras de liquidez, cujos vencimentos na data efetiva da aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, sendo mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de curto prazo da Companhia.

As aplicações interfinanceiras de liquidez estão contabilizadas pelos valores de realização e os rendimentos estão contabilizados em função do prazo decorrido até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

d. Instrumentos financeiros

d.1 Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, do Banco Central do Brasil e a regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção da Administração, em três categorias, a saber:

(i) Títulos disponíveis para a venda

Compreendem os títulos e valores mobiliários avaliados pelo valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e, quando aplicável, ajustados pelos seus respectivos valores de mercado, em contrapartida à destacada conta do patrimônio líquido denominada “Ajustes com títulos e valores mobiliários”, líquido dos efeitos tributários. Quando esse título e valor mobiliário é realizado, o ganho ou a perda acumulada no patrimônio líquido é transferido para o resultado.

(ii) Títulos mantidos até o vencimento

Compreendem os títulos e valores mobiliários para os quais a Administração possui a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data-base das demonstrações financeiras.

(iii) Títulos para negociação

Compreendem os títulos adquiridos com a intenção de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do exercício.

O valor de mercado utilizado para ajuste de carteira é apurado com base nas taxas médias dos títulos, divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA).

e. Relações interfinanceiras

No ativo, os valores são representados principalmente pelos valores a receber de credenciadores (adquirentes) relativos a transações de pagamento. São os recebíveis que as adquirentes devem repassar à Companhia por conta do processamento das transações parceladas de cartões de crédito realizadas na plataforma ASAAS e outras plataformas de *e-commerce*, registrados pelo valor da transação, líquido das comissões cobradas pelo serviço de processamento das adquirentes e de eventuais perdas prováveis.

No passivo, os valores são representados por valores a repassar a bandeira Elo, relativas ao produto cartão de débito.

f. Investimentos em participações, em controlada

Controlada

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras da Companhia como investimento e são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial a partir da data em que a Companhia obtiver o controle e até a data em que o controle deixa de existir.

Combinações de negócios

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o conjunto de atividades e ativos adquiridos atende à definição de um negócio e o controle é transferido para a Companhia. Ao determinar se um conjunto de atividades e ativos é um negócio, a Companhia avalia se o conjunto de ativos e atividades adquiridos inclui, no mínimo, um *input* e um processo substantivo que juntos contribuam, significativamente, para a capacidade de gerar *output*. Qualquer ágio que surja na transação é avaliado quanto à perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações preexistentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício. Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição.

g. Imobilizado de uso

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

(ii) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

As vidas úteis estimadas para os bens do ativo imobilizado estão demonstradas a seguir:

Aparelhos telefônicos	5 anos
Equipamentos para processamento de dados	5 anos
Máquinas, aparelhos e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Benfeitorias em imóvel de terceiro	25 anos

h. Intangível

Os ativos intangíveis são registrados conforme Resolução BCB nº 7/2020 ao custo e incluem os ativos adquiridos ou desenvolvidos internamente. Um ativo intangível é reconhecido somente quando seu custo puder ser mensurado com segurança e for provável que os benefícios econômicos futuros a ele atribuídos sejam realizados.

Os ativos intangíveis podem ter vida útil definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados linearmente ao longo de sua vida útil estimada. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas testados anualmente para identificar eventuais perdas por redução ao valor recuperável, que são reconhecidas pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável e são registradas na demonstração do resultado.

A Companhia reconhece ativos intangíveis gerados internamente quando for provável que os benefícios econômicos futuros esperados atribuíveis ao ativo fluam para a entidade e o custo do ativo possa ser mensurado com segurança.

O custo de um ativo intangível gerado internamente compreende todos os custos diretamente atribuíveis necessários para criar, produzir e preparar o ativo para ser capaz de operar da forma pretendida pela administração. Os custos com pessoal relacionados ao desenvolvimento de *software* foram baseados nas horas atribuídas pelas equipes de

negócios e de tecnologia para a adição de novas funcionalidades ou novos produtos no aplicativo (*software* desenvolvido internamente), e respectivos custos dispendidos, os quais puderam ser atribuídos a ativos intangíveis identificados, e/ou adicionaram novas funcionalidades, e/ou estendem o uso / aplicações de ativos identificados já existentes. Tais custos são controlados por projeto / ativos identificados, amortizados no prazo de vida útil residual estimada e testados por *impairment* pelo menos, uma vez por ano.

Os ativos intangíveis com vida útil definida referem-se basicamente a *softwares*, bem como licenças e direitos de uso, amortizados linearmente a partir da data da sua disponibilização para uso, considerando a vida útil atribuída. As marcas registradas são ativos intangíveis com vida útil indefinida.

i. Redução ao valor recuperável – ativos não financeiros

A Resolução CMN nº 3.566/2008 dispõe sobre procedimentos aplicáveis ao reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas no valor recuperável de ativos e determina o atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

A redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros (“*impairment*”) é reconhecida como perda quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos ou grupos de ativos. As perdas por *impairment*, quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Os valores dos ativos não financeiros são objeto de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se há alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização destes ativos. Desta forma, em atendimento aos normativos relacionados, a Administração não tem conhecimento de quaisquer ajustes relevantes que possam afetar a capacidade de recuperação dos ativos não financeiros em 31 de dezembro de 2021.

j. Ativos e passivos em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação.

k. Depósitos e demais instrumentos financeiros

Os valores são representados pelo montante a repassar para os clientes da Companhia, oriundos do recebimento de instrumentos de pagamentos pós-pagos emitidos pela Companhia em nome destes e que serão repassados a esses clientes liquidados da taxa de serviços.

l. Provisões, ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, ativos e passivos contingentes são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovados pela Resolução CMN nº 3.823/2009 e Carta-Circular BACEN nº 3.429/2010, da seguinte forma:

Ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando a Administração da Companhia acredita que sua realização é praticamente certa, o que geralmente corresponde a processos com decisões favoráveis, em julgamentos finais e inapeláveis, finalização de processos em decorrência de liquidação por pagamento ou como resultado de um acordo para compensar um passivo existente.

As provisões decorrem principalmente de processos administrativos e ações judiciais, inerentes ao curso normal dos negócios. São reconhecidas nas demonstrações contábeis quando for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Os passivos contingentes são classificados de acordo com sua probabilidade de perda como:

- Provável: são reconhecidas provisões para o passivo no balanço patrimonial;
- Possível: divulgados nas demonstrações financeiras, mas para as quais nenhuma provisão é reconhecida; e
- Remoto: não requerem provisão e nem divulgação.

m. Imposto de renda e contribuição social

Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados pelo regime de tributação do Lucro Real com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 ao ano para Imposto de Renda Pessoa Jurídica e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de Contribuição Social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social compreende os Impostos de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

A despesa com impostos correntes é o montante do Imposto de Renda e da Contribuição Social a pagar ou a recuperar relacionada ao resultado tributável do período.

Impostos diferidos são valores de ativos fiscais a serem recuperados e passivos fiscais a serem pagos em períodos futuros. Os passivos fiscais diferidos compreendem as diferenças temporárias tributáveis e os ativos fiscais diferidos decorrem de prejuízos fiscais verificados na fase anterior à mudança de controle acionário, conforme critérios definidos pela Resolução CMN nº 4.842/2020. Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos contabilmente com base nas

expectativas atuais de realização, fundamentados através dos estudos técnicos realizados pela Administração.

n. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros sejam gerados em favor da Companhia e seu valor de custo ou valor recuperável puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia tem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

o. Reconhecimento de receita

(i) Receita de prestação de serviços

A receita da prestação de serviço no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida quando a prestação do serviço é realizada e quando for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a Companhia. Os serviços prestados pela Companhia se referem, principalmente, a recebimento de cobranças através de boletos bancários, cobranças por cartão de crédito, depósitos e transferências.

Além desse serviço, a Companhia realiza pagamentos de valores, transferências bancárias para terceiros, venda dos cartões pré-pagos e pagamentos de títulos como boletos bancários, impostos e contas de consumo. Para estes serviços a Companhia determina tarifas as quais são cobradas quando a transação financeira ocorre via instituição financeira e, conseqüentemente, a receita é reconhecida.

p. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem, principalmente, receitas de rendimento de aplicações financeiras e descontos obtidos, que são reconhecidos no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros sobre empréstimos e são reconhecidas no resultado, através do método dos juros efetivos.

q. Resultado não recorrente

As políticas internas da Companhia consideram como recorrentes os resultados oriundos das operações realizadas de acordo com o objeto social da Companhia previsto em seu Estatuto Social. A administração da Companhia considera como não recorrentes os resultados sem previsibilidade de ocorrência nos 3 anos seguintes.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2021
Depósitos Bancários	1.523
Disponibilidades em moeda estrangeira	167
	<hr/>
	1.690

5 Instrumentos financeiros

a. Aplicações interfinanceiras de liquidez

	31/12/2021
Aplicações interfinanceiras de liquidez (i)	14.004
	<hr/>
	14.004

- (i) As aplicações interfinanceiras de liquidez são ativos de liquidez imediata e representam risco insignificante de mudança de valor. Estas aplicações são remuneradas pela variação de 100% do DI.

b. Títulos e valores mobiliários

	31/12/2021
Letras Financeiras do Tesouro (i)	108.937
Certificados de Depósito Bancário	36.119
	<hr/>
	145.056
	<hr/>
Circulante	112.459
Não circulante	32.597

- (i) Os saldos referem-se a Letras Financeiras do Tesouro (“LFTs”), são classificadas como Mantidas até o Vencimento, remuneradas a taxa Selic, com vencimento final em até 2023. Esse investimento é requerido para instituições de pagamento, autorizadas a operar pelo BACEN, como garantia aos saldos das contas de pré-pagamento, juntamente com os saldos das aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 5.a) e aos saldos das contas correspondentes de moeda eletrônica – CCME (nota 6). O valor de mercado das LFTs em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 105.293.

O resultado com títulos e valores mobiliários está representado pelas rendas com títulos e valores mobiliários, no montante de R\$ 5.158 em 31 de dezembro de 2021.

6 Relações interfinanceiras

	31/12/2021
Transações de pagamento (i)	89.829
Créditos vinculados	14.096
CCME - Conta Corresp. Moeda Eletrônica	7.000
Conta de Pagamento Instantâneo – Pix	6.080
Adiantamento Depósito SCD	1.000
Bacen STR Web	16
	103.925
Circulante	103.925

- (i) Os valores são relacionados aos recebíveis de adquirentes originados de transações com cartão de crédito realizados por meio da plataforma do Asaas, nos montantes de R\$ 77.375 junto à Cielo S.A. e R\$ 12.454 junto à Adyen Ltda.

7 Investimentos

Aquisição de investimentos

Em 10 de agosto de 2021 a Companhia adquiriu a Code Money Ltda. (“Code Money”), empresa de soluções de pagamentos móveis que conecta compradores e vendedores, seu aplicativo transforma *smartphones* em dispositivos de pagamento e recebimento. Foram adquiridos 15.000 (quinze mil) cotas da Code Money, que representam 100,00% do capital votante e capital total da Code Money.

- i) Contraprestação transferida

O preço de aquisição da Code Money foi de R\$ 1.815, pagos por meio de transferência bancária na data da aquisição.

- ii) Ativos identificáveis adquiridos, passivos assumidos e ágio

A Companhia contratou serviço de avaliação independente para elaboração do estudo para alocação do preço de compra (“PPA”) em ativos identificáveis adquiridos, passivos assumidos e ágio. A tabela a seguir resume os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data de aquisição.

Apresentado em R\$ mil	
Valor de livros do patrimônio líquido	(1.809)
Ativos intangíveis identificados (software)	678
Total dos ativos e passivos identificados a valor justo	(1.131)
Contraprestação transferida	1.815
Ágio reconhecido na data de aquisição	2.946

Abaixo apresentamos os ativos adquiridos, passivos assumidos em 31 de dezembro de 2021:

Apresentado em R\$ mil	Code Money
Acervo líquido da entidade adquirida	31/12/2021
Caixas e equivalentes	49
Contas a receber	29
Imobilizado, Intangível, Direito uso	7
Valores a repassar a clientes	(40)
Outras obrigações	(11)
Patrimônio Líquido negativo	(34)

Em função da imaterialidade do resultado entre o período da aquisição e o encerramento do exercício social, não houve registro de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da entidade.

8 Imobilizado de uso

	31/12/2020	Adições	Depreciações	Baixas	31/12/2021
Móveis e utensílios	201	732	(54)	-	879
Equipamentos para processamento de dados	1.182	2.576	(585)	-	3.173
Equipamentos de comunicação	20	47	(20)	-	47
Máquinas, aparelhos e equipamentos	87	-	-	(46)	41
Benfeitorias em imóveis de terceiros	197	1.217	(70)	-	1.344
Total	1.687	4.572	(729)	(46)	5.484

9 Intangível

	31/12/2020	Adições	Amortizações	Baixas	31/12/2021
Softwares	7	911	(204)	-	714
Projeto Pix	-	856	-	-	856
Marcas	34	-	-	-	34
Total	41	1.767	(204)	-	1.604

10 Depósitos e demais instrumentos financeiros

Referem-se a valores recebidos e originários de cobranças emitidas em nome dos clientes da Asaas. Os valores são recebidos na conta bancária da Asaas e creditados no passivo na conta de valores a repassar. Os valores são repassados aos clientes, líquidos de taxas de serviço.

	31/12/2021
Depósitos – saldos de conta pré-paga (a)	145.533
Relações interfinanceiras	3.991
	<u>149.524</u>

- (a) Os depósitos da conta de pagamento pré-paga são vinculados aos recursos aplicados em aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 4), títulos públicos (nota 5), e saldos da conta CCME (nota 6), conforme requerimento da Circular no 3.681 do BACEN, e estes recursos aplicados possuem liquidez diária e são, majoritariamente, remunerados por 100% do CDI. Todos os depósitos são considerados de curto prazo, ou seja, classificados no passivo circulante.

11 Outras obrigações

	31/12/2021
Obrigações sociais e trabalhistas	4.426
Obrigações tributárias	1.931
Sociais e Estatutárias (i)	39.751
Obrigações por transações de pagamentos (ii)	78.873
Credores diversos – País	1.992
Outros	627
	<u>127.600</u>

- (i) O saldo refere-se substancialmente ao aporte recebido destinado a aumento de capital ainda não autorizado pelo Banco Central, no montante de R\$ 39.751, que conforme a Instrução 66/2021 deve ser contabilizado no passivo da instituição de pagamento até a sua aprovação.
- (ii) O saldo refere-se aos valores a repassar a clientes, provenientes das transações realizadas com cartão de crédito na Plataforma Asaas e ainda não liquidadas pelas credenciadoras Adyen e Cielo.

12 Provisões para contingências

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia possui processos de natureza cível com chance de perda avaliada pelos assessores jurídicos como possível no valor de R\$ 1.251. Para as causas avaliadas onde a chance de perda é provável, a Administração considera a provisão para contingências no valor de R\$ 356, que representa a melhor estimativa de perda para os processos.

a. Provisão para contingências - Processuais

	31/12/2021
Saldo em 31/12/2020	60
Constituição	296
	<u>356</u>

13 Patrimônio líquido

Capital social

No semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021, o capital subscrito e integralizado está representado por R\$ 47.131 de ações ordinárias nominativas sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por ação.

Em 22 de dezembro de 2021 houve o aumento de capital no valor de R\$ 39.751, ainda sob aprovação pelo Bacen.

14 Receita de prestação de serviços

Para as receitas de prestação de serviços foram reconhecidos os montantes de R\$ 23.915 no semestre findo em 31 de dezembro de 2021 e de R\$ 43.764 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Para todos os serviços mencionados há cobrança de determinadas tarifas que são cobradas no momento que a transação financeira ocorre, momento o qual a receita é reconhecida. Os serviços prestados pela Companhia são exclusivamente no mercado nacional e tem como origem os serviços de: recebimento de cobranças através de boletos bancários, cobranças por cartões de crédito, depósitos e transferências. Ainda, há serviços de transferências bancárias, recebimentos via Pix, pagamento de contas, vendas de cartões pré-pagos, recarga no cartão pré-pago e emissão de nota fiscal.

15 Despesas com serviços associados a transações de pagamento

	2º Sem. 2021	31/12/2021
Boleto	(4.755)	(8.950)
Cartão de crédito	(2.578)	(3.848)
Envio de SMS	(1.255)	(2.310)
Transferência para clientes	(542)	(1.059)
Integradores	(410)	(766)
Liquidação Pix	(503)	(515)
Emissão de cartões	(144)	(306)
Notificação de voz	(48)	(129)
Negativação Serasa	(74)	(127)
Consultas cadastrais de clientes	(125)	(125)
Outros	(268)	(894)
	(10.072)	(19.029)

16 Despesas administrativas

	2º Sem. 2021	31/12/2021
Propaganda e publicidade	(4.783)	(6.901)
Utilidade e serviços	(3.458)	(6.206)
Despesas indedutíveis	(1.870)	(2.027)
Ocupação	(551)	(1.004)
Depreciação e amortização	(561)	(818)
Viagens e representações	(108)	(155)
Despesas com IOF	(242)	(322)
Outras	(996)	(1.334)
	(12.569)	(18.767)

17 Despesas tributárias

	Alíquota	2º Sem. 2021	31/12/2021
Imposto sobre serviços de qualquer natureza	2%	(491)	(888)
Programa de integração social (PIS)	1,65%	(428)	(776)
Contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS)	7,60%	(1.990)	(3.600)
		(2.909)	(5.264)

18 Ativo fiscal diferido

O ativo fiscal diferido demonstrado no quadro abaixo contabilizado em 31 de dezembro de 2021, no montante de R\$ 8.314, foi constituído sobre prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social sobre o lucro líquido.

	2º sem. 2021	31/12/2021
Resultado antes da tributação sobre o Lucro	(20.121)	(26.659)
Constituição Ativo fiscal Diferido	8.314	8.314
Prejuízo do Exercício	(11.807)	(18.345)

Realização do ativo fiscal diferido

Período	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total
2022	-	-	-
2023	9	3	12
2024	2	1	3
2025	206	74	280
2026	387	139	526
2027	1.125	405	1532
2028	898	323	1.221
2029	3.446	1.240	4.686
2030	40	14	54
	6.115	2.199	8.314

A realização do ativo fiscal diferido está baseado em estudo técnico preparado pela Administração, prevendo a geração de resultados tributáveis dentro dos próximos 10 exercícios. Tais projeções baseiam-se em premissas gerenciais confiáveis, foi fundamentado em premissas factíveis e está coerente com outras informações contábeis, financeiras, gerenciais e orçamentárias, levando em consideração comportamento por safras histórico, tendências de mercado, indicadores macroeconômicos e estratégias da Companhia.

19 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros constantes nas contas de ativo e passivo encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2021 e correspondem, substancialmente, ao seu valor justo.

Gerenciamento dos riscos financeiros

O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia e é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, e outros instrumentos financeiros. O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Diretoria Financeira da Companhia. A Companhia monitora os valores depositados e a concentração em determinadas instituições e, assim, mitiga o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

Relações interfinanceiras e antecipação de recebíveis

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes.

Ativos financeiros

A Companhia detinha disponibilidades e títulos e valores mobiliários de R\$ 160.750 em 31 de dezembro de 2021. A Companhia tem procedimentos definidos de investimentos financeiros, que determinam em quais instituições e qual o valor máximo de aplicação podem ser realizados por instituição.

A Companhia considera que seus ativos financeiros têm baixo risco de crédito, devido a quase sua totalidade serem vinculados a títulos de dívida pública federal e os demais se tratarem de CDBs de instituições financeiras sólidas.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia busca manter o nível de seus ativos financeiros em um montante suficiente para as saídas de caixa para liquidação de passivos financeiros. A Companhia monitora também o nível esperado de entradas de caixa proveniente do Contas a receber de clientes e outros recebíveis em conjunto com as saídas esperadas de caixa relacionadas à valores a repassar e outras contas a pagar.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e taxas de juros, irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Gestão de capital

A Companhia possui processos e controles implementados para garantir o patrimônio líquido mínimo ajustado pelos limites de resultados (patrimônio líquido mais lucros/perdas do período) exigidos pela Circular BACEN 3.681/2013 que visa garantir que as instituições de pagamento tenham patrimônio suficiente para suportar a operação. De acordo com tais regulamentos, o capital social mínimo ajustado da ASAAS deve ser equivalente ao maior de:

- 2% (dois por cento) da média mensal das transações de pagamento executadas pela instituição nos últimos 12 (doze) meses;

O patrimônio líquido ajustado é calculado como o capital social, mais o valor do aumento de capital futuro e das receitas e subtraindo os custos e despesas e a perda acumulada para o ano.

No semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021, a exigência de capital do ASAAS com base em 2% da média mensal das transações nos últimos 12 meses foi de R\$ 9.573. O patrimônio líquido ajustado da ASAAS foi de R\$ 8.169.

Hierarquia do Valor Justo

O pronunciamento Técnico CPC 46 – Mensuração do Valor Justo aprovado pela Resolução CMN n 4.748/19 entrou em vigor em 1º de janeiro de 2020, no qual define que o valor justo deve ser determinado considerando as seguintes hierarquias:

Nível I: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos;

Nível II: *Inputs* incluídos no nível I que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços); e

Nível III: Premissas que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). Envolve o emprego de métodos quantitativos, amplamente aceitos, que utilizam referenciais de mercado e dados não observáveis no mercado na produção de suas estimativas.

20 Transações com partes relacionadas

Remuneração da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui todos os administradores da Companhia. A remuneração ao pessoal-chave da administração por serviços prestados foi de R\$ 1.924 em 31 de dezembro de 2021.